

DE MULHER PARA MULHER: O debate de gênero no Serviço Social

Daiana Nardino Dias*
Luciana Patricia Zucco**

Resumo

O trabalho em tela apresenta a produção de conhecimento sobre gênero no Serviço Social. O estudo é de natureza bibliográfica e de abordagem quantitativa, a partir dos anais dos Congressos Brasileiros de Assistentes Sociais (CBAS) e Encontros Nacionais de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS), no período de 2001 a 2013. Os dados asseguram uma visão geral do que vem sendo produzido pelo Serviço Social sobre gênero e de como esta categoria analítica é incorporada pela profissão ao seu corpo de conhecimento. Os resultados apontaram que a produção sobre gênero é uma atividade eminentemente realizada por mulheres e sobre mulheres; de modo geral, houve um aumento do número de artigos publicados sobre gênero ao longo dos treze anos pesquisados; as discussões de gênero são abordadas a partir de temas transversais, com predominância do tema da violência e do trabalho, e residualmente do enfoque no movimento feminista/feminismo e na educação.

Palavras-chave: produção de conhecimento; gênero; serviço social.

Abstract

This work features the production of knowledge on gender in Social Work. The study has a bibliographic nature and a quantitative approach using the annals of the Brazilian Congress of Social Workers (CBAS) and National Meetings of Researchers in Social Work (ENPESS) from 2001 to 2013. The data ensure an overview of what has been produced by Social Work about gender and how this analytical category is incorporated in the knowledge field of the profession. The results showed that the production on gender is eminently done by women and it refers to women; in general there was an increase in the number of published articles on gender over the thirteen years surveyed; gender discussions are addressed from cross-cutting themes predominantly on violence and work and residually from a feminist movement/feminism and education.

Keywords: knowledge production, gender, social work.

* Assistente Social. Mestre em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Assistente Social junto à Secretaria de Estado de Assistência Social Trabalho e Habitação de Santa Catarina. Integrante do Núcleo de Estudos em Serviço Social e Relações de Gênero e do Instituto de Estudos de Gênero (IEG)/UFSC. Tutora do Curso de Especialização em Gênero e Diversidade na Escola/IEG/UFSC. E-mail: daiana.nd@gmail.com.

** Assistente Social. Doutora em Ciências da Saúde pelo Programa de Pós Graduação em Saúde da Criança e da Mulher do IFF, Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ, Brasil). Professora Adjunta do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina. Integrante do Núcleo de Estudos em Serviço Social e Relações de Gênero e do Instituto de Estudos de Gênero da UFSC. E-mail: lpzucco@uol.com.br.

I. Introdução

A categoria gênero tem sido difundida no âmbito acadêmico desde a década de 1980. No Brasil, a difusão das discussões de gênero ocorreu nos anos de 1990, a partir da tradução do texto de Joan Scott: *Gênero: uma categoria útil para análise histórica, “tornando-se um marco referencial para a produção e atuação feminista no país”* (CISNE, 2012, p. 149). Esta categoria, além de oferecer um novo olhar sobre as distinções entre as características consideradas femininas e masculinas, evidenciou as hierarquias presentes nas relações sociais, bem como sua compreensão. Além disso, foi considerada um avanço significativo em substituição às possibilidades de análise oferecidas pela categoria “mulher” (PISCITELLI, 2002).

Em relação ao Serviço Social, embora nem sempre percebidas, as relações de gênero estão presentes no cotidiano profissional. São evidenciadas no perfil profissional, mas sobretudo nas demandas e situações trazidas pelos sujeitos, tais como: situação de violência contra mulheres e crianças; gravidez na adolescência; direitos reprodutivos; mulheres chefes de família; questões ligadas à masculinidade e à homoafetividade; discriminação no mundo do trabalho - diferença nos valores atribuídos ao trabalho dos homens em relação ao das mulheres, falta de remuneração e valorização do trabalho doméstico e do relativo aos cuidados de doentes, crianças e idosos entre outros.

A literatura (SILVA, 2010; VELOSO, 2001) tem apontado o descompasso existente entre o Serviço Social e as dificuldades de inserção da temática de gênero na formação profissional e sua importância para análise das relações sociais. Lisboa (2010), ao trabalhar sobre este assunto, problematiza a construção do conhecimento produzida pela profissão. Para a autora, ao longo da história houve mais desencontros do que encontros entre o Serviço Social e as questões de gênero. Tal afirmação é feita a partir de três críticas que atravessam o corpo de conhecimento do Serviço Social.

A primeira está relacionada ao estatuto acadêmico, visto que em seu processo histórico de consolidação,

tanto no Brasil como na maioria dos países latino-americanos, o Serviço Social teve como base os princípios da doutrina social da Igreja. Estes imprimiram um “espírito de apostolado” à ação, configurando-a como uma profissão a ser exercida pelas mulheres, e reafirmando suas atribuições na sociedade, como: cuidado, tutela, ajuda entre outras.

Outra crítica é dirigida à institucionalização da profissão. Segundo Lisboa (2010), as/os assistentes sociais encontram-se, em seus locais de trabalho, imersos/as em relações hierárquicas de dominação e de poder. A última crítica aponta para o “discurso técnico” veiculado nas escolas e cursos de formação em Serviço Social, que privilegia a teoria marxista, priorizando o enfoque de classe. A autora sugere que as teorias feministas e os estudos de gênero constituem-se em um significativo aporte teórico-metodológico para o Serviço Social, tendo em vista que questionam todas as formas de dominação. Possibilitam, igualmente, a apreensão de demandas que se apresentam no exercício profissional e que extrapolam os conflitos de classe, bem como a produção de reflexões decorrentes dessa aproximação à realidade.

[...] ao incorporar a teoria marxiana, a profissão sofreu a imposição de uma tendência homogeneizadora de construção do pensamento social, de uma teoria que se pretende universal e prioriza o enfoque de classe, desconsiderando a heterogeneidade do pensamento a partir das dimensões sócio-históricas e culturais, entre elas as diferenças sexuais, de identidade, de raça/etnia e de gênero (LISBOA, 2010, p. 67).

Nessa direção, Moreira *et. al.* (2006) afirmam que a maioria política-institucional que a profissão adquire a partir do início dos anos de 1990 possibilitou, em grande medida, a recuperação da teoria crítico-dialética. Contudo, esta apresentou aspectos não suficientemente trabalhados, como a cultura, a relação indivíduo sociedade, a heterogeneidade das classes e o reconhecimento da diversidade e do direito à expressão de grupos socialmente discriminados, como os negros e as mulheres (MOREIRA *et. al.*, 2006).

Assim como Moreira *et. al.* (2006), Veloso (2001) discorre sobre a importância da problematização dos estudos de gênero na formação profissional, uma vez que auxilia no desvendamento das relações sociais nas

quais o/a assistente social intervém. Refere-se à necessidade de privilegiar os estudos de gênero como forma de organização da sociedade, pelo fato de as/os assistentes sociais atuarem tanto junto a mulheres quanto a homens.

Ademais, o autor argumenta que todas as relações sociais são também constituídas e constituintes das relações de gênero. Esse dado aponta para a necessidade de as/os profissionais em formação desvelarem as relações não somente no tocante aos usuários e usuárias de seus serviços, mas também em relação à própria categoria. Isto porque o conjunto dos profissionais é composto majoritariamente por mulheres, o que salienta a forte presença do gênero na constituição de sua identidade profissional.

Ainda segundo Veloso (2001, p. 75), “a questão da mulher e/ou das relações de gênero não se apresentam mais como um tema periférico ou esporádico no interior do debate profissional”. Afirma que dado o seu alto potencial para o desvendamento da complexidade das relações sociais, a categoria gênero tem se afirmado como uma ferramenta analítica para o Serviço Social.

Neste sentido, destacam-se dois pontos: o primeiro remete à profissão, composta predominantemente por mulheres, com a forte presença da identidade de gênero. E o segundo diz respeito à intervenção profissional, voltada majoritariamente para as mulheres, seja como usuárias dos serviços sociais, ou como cuidadoras dos/as usuários/as destes serviços (mães, filhas, esposas, avós), caracterizando-se como “uma profissão tradicionalmente de mulheres e para mulheres”. (IAMAMOTO, 2009, p.104).

A marca do perfil feminino acompanhou a constituição da profissão e seu percurso histórico, das protoformas aos dias atuais. Desde o início de sua institucionalização o Serviço Social teve seu quadro profissional preenchido por mulheres. Seu ingresso no mercado de trabalho era feito eminentemente em profissões que lhes permitissem exercer suas atribuições tradicionais, como mães, donas de casa e cuidadoras, desempenhando o cuidado, a ajuda e a tutela. Tais predicados, naturalizados como das mulheres, perfaziam atributos indispensáveis à/ao

assistente social (VELOSO, 2001), conjugando o perfil profissional às representações de gênero.

Em seu estudo, Simões (2012) conclui que o Serviço Social é uma das cinco profissões mais femininas do Brasil desde a década de 1970, mantendo-se como a mais feminina a partir de 1980 até a década de 2000. A partir dos dados das PNADS, o autor (2012) explica que o fato de a liderança se manter feminina nos quadros profissionais refere-se à regularidade com que a profissão incorpora as assistentes sociais. Logo, há uma reatualização permanente da presença feminina e um padrão de inclusão dos homens pelo Serviço Social. Esta dinâmica reafirma a associação da imagem social da mulher à profissão, contribuindo para a subalternidade profissional frente a outras profissões e os baixos salários.

De acordo com Iamamoto (2009), a imagem predominante da profissão é indissociável de certos estereótipos socialmente construídos sobre as mulheres na visão mais tradicional e conservadora de sua inserção na sociedade. Contudo, o processo de renovação do Serviço Social pode ser considerado tributário da luta pela emancipação das mulheres na sociedade brasileira. Sua concepção está expressa no Código de Ética de 1993, na forma de um de seus princípios, qual seja: exercício do Serviço Social sem ser discriminado, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, opção sexual, idade e condição física. (CFESS, 1993).

Outro ponto importante está relacionado ao fato de a/o assistente social ter como campo prioritário a gestão e a operacionalização de serviços, programas e projetos sociais, através da formulação, implementação, avaliação e execução de políticas públicas voltadas ao enfrentamento da questão social. Nesse sentido, embora se reconheçam os inúmeros avanços das políticas sociais após a Constituição de 1988 (RAGO, 2004; SARDENBERG E MACEDO, 2011), nos países pobres estas são orientadas pelas normativas de organismos internacionais.

Cabe, portanto, ao/à assistente social trabalhar com os critérios orientadores das políticas sociais e seus desdobramentos, como focalização, privatização e

transferência da execução das ações e serviços ao mercado e à sociedade civil, principalmente, às Organizações Não Governamentais (ONGs) e à família (BEHRING, 2009; MIOTO, 2009; RODRIGUES, 2013). Nesta última, igualmente como nas instituições assistenciais (SIMÕES, 2012), a responsabilidade recai particularmente sobre as mulheres, sendo suas atribuições tradicionais reforçadas pelas políticas sociais (RODRIGUES, 2013). Os Programas de Transferência de Renda¹ são um exemplo da centralidade das mulheres como beneficiárias majoritárias. Dissipa-se, assim, o princípio constitucional da responsabilidade da sociedade para com a proteção social, e retoma-se a figura do sujeito como responsável por si e por sua família na provisão do bem-estar (MIOTO, 2009).

Paradoxalmente, há na gestão do presidente Lula da Silva o reconhecimento por parte do Estado da transversalidade de gênero nas políticas sociais (BANDEIRA, 2005), com a criação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM-PR), em 2003. Como desdobramentos, diferentes documentos e leis foram publicados neste período, a saber: duas edições do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM), em 2004 e 2008 respectivamente; Lei Maria da Penha (Lei 11.340, de 7 de agosto de 2006); o Pacto e a Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, em 2007 e 2011.

Contudo, nota-se que a incorporação da perspectiva de gênero na formulação das políticas sociais responde tanto à mobilização do movimento feminista e de mulheres quanto a pressões oriundas de acordos internacionais pela igualdade de gênero. Nos anos de 1990 e 2000, o Brasil foi signatário de Conferências Internacionais (Conferência Internacional sobre

População e Desenvolvimento (CIPD), Cairo, 1994; IV Conferência Mundial sobre Mulheres (CMM), Pequim, 1995), que potencializaram as ações públicas de promoção da igualdade de gênero, nas quais os assistentes sociais foram chamados a intervir e pesquisar.

De acordo com Sposati (2011), as lutas do movimento feminista são transversais às políticas sociais, daí a necessidade de aprofundamento do debate teórico na profissão sobre os estudos de gênero. É com base nessa chave de interpretação que a produção de conhecimento sobre gênero no Serviço Social é apresentada a partir dos anos 2000. Entende-se que tais discussões se constituem em um significativo aporte teórico-metodológico para o Serviço Social, permitem a apreensão de demandas que se apresentam no exercício profissional e que extrapolam os conflitos de classe, bem como a produção de reflexões decorrentes dessa aproximação à realidade.

Os dados apresentados são oriundos de parte da dissertação de mestrado intitulada *O Estado da Arte sobre Gênero no Serviço Social*. A discussão dos mesmos assegura uma visão geral do que vem sendo produzido pelo Serviço Social sobre gênero e de como esta categoria analítica é incorporada pela profissão ao seu corpo de conhecimento. Ademais, aponta a tendência das pesquisas realizadas pela profissão sobre o tema e, sobretudo, o que carece de aprofundamento e estudos.

II. Percorso metodológico

O estudo, de natureza bibliográfica, teve como abordagem a pesquisa quantitativa, sendo a coleta de dados originária dos anais dos CBAS e dos ENPESS publicados, por serem considerados os principais eventos político-científicos da profissão com projeção nacional. Tais eventos são espaços fundamentais de apresentação e socialização das produções científicas decorrentes de pesquisas e de sistematizações da prática dos profissionais, docentes e discentes de graduação e pós-graduação. Outrossim, potencializam discussões referentes à formação, atuação e regulamentação dos campos profissionais.

¹ Os programas de transferências condicionadas de renda (PTC) implementados na América Latina – como, por exemplo, o Oportunidades do México, Asignación Universal por Hijo (AUH) da Argentina, e o Programa Bolsa Família do Brasil – apresentam diferenças na ordem de magnitude, cobertura, modo de gestão, forma de implementação dos benefícios e controles, mas compartilham características e uma lógica comum. Uma delas é a vinculação das mulheres como beneficiárias majoritárias e, em alguns países, responsáveis únicas pelo acesso e manutenção do PTC.

O período delimitado da pesquisa (2001 a 2013) teve como referência as diversas ações de políticas sociais brasileiras desenvolvidas no século XXI para promoção da igualdade de gênero. Estas iniciativas se consolidaram como prioridade e responsabilidade do governo, além de incorporarem a transversalidade de gênero às políticas públicas (BANDEIRA, 2005).

O mapeamento dos Anais ocorreu a partir da identificação dos temas, eixos temáticos ou subeixos que versavam sobre gênero. Ressalta-se que pode haver trabalhos em outros eixos, devido à transversalidade do conceito, embora não tenham integrado o *corpus* desta pesquisa.

O recorte de gênero começou a ser tratado como subeixo específico a partir do XIII CBAS, realizado em 2010, e do XI ENPESS, ocorrido em 2008. Anteriormente, a temática aparecia vinculada à raça, etnia, sexualidade ou orientação sexual, tanto no ENPESS como no CBAS, o que sugere um processo de construção da discussão endógeno a outros temas, e a pouca visibilidade dos estudos de gênero no âmbito da categoria profissional. A criação de subeixos específicos nos Eventos com a categoria gênero presente ocorreu com o aumento do volume de trabalhos inscritos sobre a temática.

Quadro 1: Descrição dos eixos e subeixos com a temática de gênero por evento no período de 2001 a 2013.

Ano	Congresso	Descrição eixo gênero/Subeixo
2013	XIV CBAS	Eixo: Raça, Etnia, Gênero e Sexualidades Sub eixo: Ênfase em Gênero
2010	XIII CBAS	Eixo: Raça, Etnia, Gênero e Orientação Sexual Sub eixo: Gênero
2007	XII CBAS	Eixo: Gênero, Raça, Etnia e Sexualidade
2004	XI CBAS	Eixo: Questões de Gênero, Raça/Etnia e Sexualidade
2001	X CBAS	Eixo: Etnia, Gênero e Orientação Sexual
Ano	Encontro	Descrição eixo gênero/Subeixo
2012	XIII ENPESS	Eixo: Serviço Social, Relação de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração, Sexualidades Sub eixo: Ênfase em Gênero
2010	XII ENPESS	Eixo: Classe Social, Gênero, Raça/Etnia, Geração e Diversidade sexual Sub eixo: Ênfase em Relações de Gênero
2008	XI ENPESS	Eixo: Questão Social e Trabalho Sub eixo: Questão de Gênero
2006	X ENPESS	Eixo: Questão Social e Trabalho Sub eixo: Questões Étnico-Raciais, de Gênero e de Geração
2004	IX ENPESS	Eixo: Serviço Social, Política Social, Estado e Sociedade Sub eixo: Política Social – Criança e Adolescente, Pessoas Portadoras de Deficiência, Idoso, Etnia e Gênero
2002	VIII ENPESS	Eixo: Questões de Gênero e Opção Sexual

Fonte: Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). Anais/CD dos Congressos Brasileiros de Assistentes Sociais, 2001, 2004, 2007, 2010 e 2013 e dos Encontros Nacionais de Pesquisadores em Serviço Social, 2002, 2004, 2006, 2008, 2010, e 2012. Elaboração das autoras.

Nos Congressos e Encontros em que o eixo de gênero esteve associado a outras temáticas, a identificação dos trabalhos para composição do *corpus* se deu a partir dos títulos, palavras chave e resumo. Na inexistência das palavras chave e resumo, foi realizada uma leitura flutuante do texto para identificar seu objetivo, sendo incorporados aqueles trabalhos afins aos critérios de inclusão.

Após o levantamento, as informações contidas nos Anais e artigos foram respectivamente organizadas em planilhas de Excel. Estas compreenderam as seguintes informações: ano; autor; título; sexo; instituição; palavras chave; resumo; produção individual ou coletiva.

Em seguida, procedeu-se com a categorização do material, levando em conta a ideia central contida nas palavras chave, título e resumo. Igualmente, foi identificada a ideia preponderante dos textos, classificando-os a partir da mesma, uma vez que as discussões de gênero são transversais a outros temas que também se projetam. Bardin (1979) chama a atenção para a importância de um mesmo trabalho não figurar em vários grupos temáticos. Em relação ao sexo do/a(s) autores/a(s), em alguns momentos, recorreu-se ao currículo lattes para sua identificação.

Nota-se que no processo de categorização foi observada uma fragilidade na construção da estrutura dos resumos ao serem apresentados os itens que os compõem (objetivo do artigo, percurso metodológico adotado, discussão dos resultados e considerações gerais). Nos primeiros Eventos (2001; 2002; 2004), alguns resumos não asseguram ao leitor identificar o objetivo principal e a proposta de estudo, o que sugere uma ausência de orientação para elaboração dos trabalhos, bem como de critérios acadêmicos de avaliação por parte da organização. Além disso, muitos trabalhos carecem de encadeamento entre título, palavras chave e resumo.

As produções do Serviço Social sobre gênero

Segundo Iamamoto e Carvalho (2007), o I CBAS data do ano de 1947, organizado pelo Centro de Estudos e Ação Social (CEAS). Sua trajetória aponta para a

ausência de articulação com as demandas da categoria, uma vez que referendava o sistema político vigente, e reduzida participação de estudantes, limitada a dois alunos por unidade de ensino. Além disso, priorizava discussões separadas por grupos de congressistas sobre as várias políticas sociais setoriais, o que não satisfazia os anseios de discussão.

O III CBAS, realizado em 1979, em São Paulo, teve um significado importante para superação da posição conservadora na condução do evento, criticada pela maioria dos congressistas, que propuseram uma mudança radical² em sua organização. Conhecido como 'Congresso da Virada', tornou-se um marco ao questionar de forma crítica e propositiva um novo horizonte profissional, articulando teoria à prática, representando amadurecimento e adensamento crítico da realidade social e dos debates endógenos à profissão.

Na década de 1980 foram organizados três CBAS's, em 1982, no Rio de Janeiro, em 1985, em São Paulo e, em 1989, em Natal, representando, respectivamente, o IV, V e VI congresso. A partir da década de 1990, os eventos passaram a ocorrer trienalmente: o VII congresso foi realizado no ano de 1992, em São Paulo; o VIII, em Salvador, no ano de 1995; o IX em Goiânia, no ano de 1998.

A partir de 2001 até 2013 foram realizados cinco CBAS's, nos anos de 2001, 2004, 2007, 2010 e 2013, em diferentes cidades do país. Ao todo foram 3.989 trabalhos aceitos na modalidade de comunicação oral, demonstrando a importância do evento como um espaço de socialização de conhecimento e produção científica.

Nota-se que o número de trabalhos aceitos aumentou consideravelmente em treze anos. Neste conjunto, destaca-se o último CBAS, cujo número de trabalhos na modalidade de comunicação oral representou mais de 24,04 % do total de trabalhos apresentados no período pesquisado. O crescimento de comunicações deu-se de maneira gradativa, exceto no XII Congresso,

² Sobre esse assunto ver Revista Serviço Social e Sociedade n. 100 – O Congresso da Virada e os 30 anos da revista. São Paulo: Cortez, 2009.

realizado em 2007, em Foz do Iguaçu/PR, que apresentou um decréscimo substantivo em relação ao Congresso anterior e ao seguinte.

A quantidade de eixos também variou de um Congresso para outro. Ao longo dos cinco Congressos foram apresentados 70 eixos temáticos, por meio dos quais os trabalhos foram organizados. A partir de 2010, estes foram subdivididos em diversos subeixos, pormenorizando a identificação das temáticas.

Outro espaço importante para a categoria é o ENPESS. Criado em 1988 pela antiga Associação Brasileira de Ensino Superior em Serviço Social (ABESS), hoje ABEPSS, tem edição bienal e é considerado um espaço de debate e aprimoramento acadêmico, objetivando o fomento de pesquisas e a produção do conhecimento na área do Serviço Social.

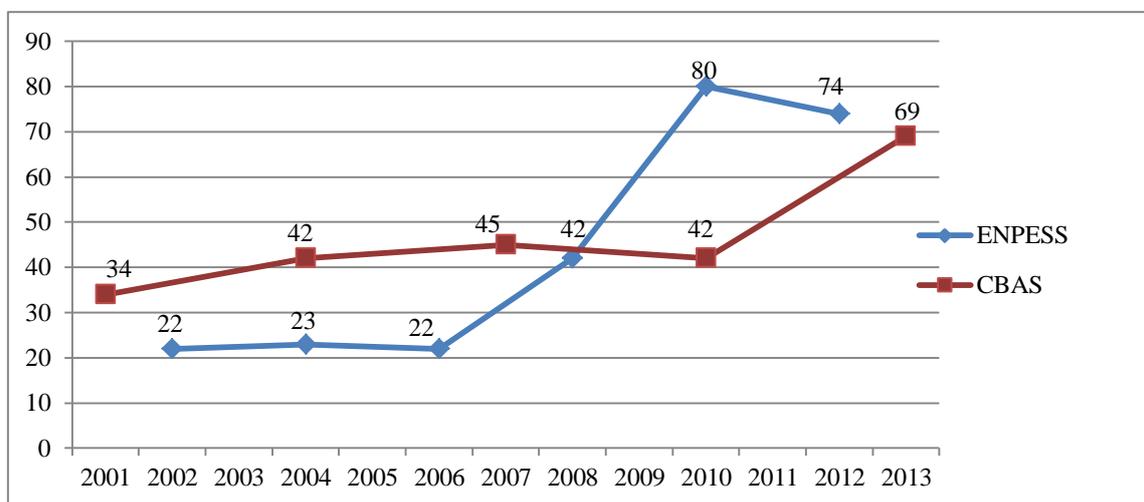
No período pesquisado foram realizados seis encontros, em 2002, 2004, 2006, 2008, 2010 e 2012, totalizando 3.734 trabalhos aceitos na modalidade de comunicação oral. Sua trajetória revela o esforço,

principalmente, de docentes e de discentes de pós graduações em firmarem a pesquisa no contexto do Serviço Social, uma vez que são eventos representativos e de abrangência nacional. Os trabalhos apresentados estão distribuídos em 34 eixos temáticos, sendo que a partir do X ENPESS, realizado em 2004, foram alocados em diversos subeixos.

O XII Encontro, realizado em 2010, no Rio de Janeiro, destaca-se por apresentar o maior volume de trabalhos na modalidade comunicação oral, com 913 artigos, o que representa mais de 24,45 % do total de trabalhos apresentados no período estudado, seguido pelo XIII ENPESS, realizado em 2012, em Juiz de Fora, com 798 trabalhos, ou seja, 21,37% do total.

Em relação à temática de gênero foram identificados 495 produções, destas, 232 são oriundas dos CBAS e 263 dos ENPESS, representando, respectivamente, 5,82% e 7,04% do total de trabalhos aceitos na modalidade de comunicação oral, distribuídos conforme gráfico abaixo.

Gráfico 1: Distribuição da produção sobre gênero nos CBAS e ENPESS no período de 2001 a 2013



Fonte: ABEPSS. Anais/CD dos Congressos Brasileiros de Assistentes Sociais, 2001, 2004, 2007, 2010 e 2013 e dos Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, 2002, 2004, 2006, 2008, 2010, e 2012. Elaboração das autoras.

Nos últimos treze anos a produção de trabalhos nos CBAS's não possui uma tendência de aumento regular, sendo observado um aumento significativo nos Congressos de 2008 e 2010 e, posteriormente, uma

discreta redução. No CBAS de 2001, 34 artigos, ou seja, 5,81% do total das comunicações foram sobre a temática de gênero. Em 2004, embora o número de artigos tenha aumentado para 42, a representação da

temática no Congresso foi de 4,99%, ocorrendo uma diminuição quando comparada aos 5,81%. Essa oscilação foi observada também nos Congressos seguintes.

Em relação à produção sobre gênero nos ENPESS's o número de trabalhos aceitos oscila entre aumento e diminuição de seu quantitativo. Nos seis Encontros estudados foram publicados 263 trabalhos relacionados aos estudos de gênero, representando 7,04% do total de trabalhos aceitos nos ENPESS; 5,88% (22) em 2002, com uma redução de trabalhos para 4,22% (23) e 4,70% (22) nos dois encontros seguintes, 2004 e 2006, e uma ampliação de trabalhos relacionados à temática de gênero para 6,60% (42), 8,76% (80) e 9,27% (74), em 2008, 2010 e 2012, respectivamente.

Do total dos artigos envolvendo a discussão de gênero, 53% (262) foram escritos individualmente e 47% (233) escritos em grupo ou coautoria. A maioria dos trabalhos, 89% (441), foram produzidos somente por mulheres, evidenciando que a produção sobre a temática de gênero segue a mesma tendência do perfil da profissão, ou seja, é eminentemente feminina (SIMÕES, ZUCCO, 2010; CFESS, 2005; FAURY, 2003).

Ao realizar a categorização do material, levando em conta a ideia central do estudo, foi possível identificar os seguintes temas: *Violência; Trabalho; Papéis atribuídos/participação; Serviço Social; Políticas Públicas voltadas às mulheres; Saúde; Família; Previdência/Assistência Social; Movimento Feminista/Feminismo; Sexualidade/orientação/diversidade sexual; Educação; Outro.*

Quadro 1: Distribuição e percentual dos temas levantados nos anais dos CBAS e ENPESS que versam sobre os estudos de gênero no período de 2001 a 2013.

Categorias	Total CBAS	Total ENPESS	Total Geral	%
Violência	56	73	129	26,06
Trabalho	31	34	65	13,13
Papéis atribuídos/ participação	25	35	60	12,12
Saúde	38	18	56	11,31
Serviço Social	23	22	45	9,09
Outros	12	21	33	6,67
Política/serviços p/ mulheres	11	22	33	6,67
Previdência/Assistência Social	12	10	22	4,44
Sexualidade/orientação/ diversidade sexual	15	6	21	4,24
Movimento Feminista/ Feminismo	5	7	12	2,42
Família	0	12	12	2,42
Educação	4	3	7	1,41
Total	232	263	495	100,00

Fonte: ABEPESS. Anais/CD dos Congressos Brasileiros de Assistentes Sociais, 2001, 2004, 2007, 2010 e 2013 e dos Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, 2002, 2004, 2006, 2008, 2010, e 2012. Elaboração das autoras.

Nota-se que tanto no CBAS quanto no ENPESS o tema da *Violência* prevaleceu nos eixos ou sub eixos que continham a categoria gênero. A ênfase centrou-se, principalmente, na violência doméstica e intrafamiliar a partir de diversos enfoques, tais como: perfil das mulheres; concepção de violência; políticas, serviços e programas, tanto públicos quanto oriundos do terceiro setor. Ademais, a criação da Lei Maria da Penha, em 2006, impulsionou significativamente o debate sobre a temática nos três últimos eventos científicos: 42 trabalhos no CBAS (2007; 2010; 2013) e 57 trabalhos no ENPESS (2008; 2010; 2012).

O tema *Trabalho* foi objeto de estudo de 13,13% dos textos apresentados nos Congressos e Encontros. No geral, o fato de ser o segundo tema mais abordado sugere a presença promotora do referencial teórico-metodológico marxista, considerado hegemônico no interior do Serviço Social brasileiro. O documento “Proposta básica para o projeto de formação profissional”, formulado em 1996, corrobora tal afirmação ao prever que a direção social da profissão é marxista. Essa perspectiva orienta os currículos mínimos das instituições de ensino superior de Serviço Social e se expressa com “força vital” nos diversos fóruns de deliberação, nas entidades da categoria (CARDOSO *et al.*, 1997), no Código de Ética (1993) e na Lei de Regulamentação Profissional (1993).

O conjunto dos textos sobre *Trabalho* indica a tendência da leitura marxista, ao versarem sobre: divisão sexual do trabalho e sua precarização; dupla jornada e a sobrecarga do trabalho feminino; feminização da pobreza; desemprego; relação entre a nova ordem mundial e a reestruturação produtiva com o trabalho feminino dentre outros. Soma-se a esta o recorte temático que articulou trabalho às particularidades do feminino, no caso, à maternidade.

Os *Papéis atribuídos/participação* estão pautados em dois vieses. O primeiro voltado à participação das mulheres, ressaltando seu protagonismo e poder em diferentes esferas, tais como: nos espaços públicos, no controle social, e nos movimentos sociais, como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). O segundo abarca, particularmente, as funções

tradicionalmente atribuídas às mulheres, como o cuidado.

A chefia feminina e a inserção das mulheres na criminalidade se projetam, igualmente, como objetos de investigação dos textos na categoria *Papéis atribuídos/participação*. Os estudos evidenciam que houve um deslocamento nas funções de mãe e dona de casa para outras atribuições, anteriormente com pouca visibilidade ou não consideradas como da condição feminina.

No conjunto dos textos do CBAS e ENPESS, a categoria *Serviço Social* e a interlocução com os estudos de gênero possibilita problematizar, por um lado, suas lacunas, sua relevância para a formação profissional e a feminização da categoria, além da relação entre o projeto feminista e o projeto ético-político; por outro, os desafios e experiências da atuação dos/as assistentes sociais. Nesse sentido, não obstante a profissão tenha um perfil feminino e atue majoritariamente com mulheres, em termos quantitativos, no debate *stricto sensu* do Serviço Social, esse dado se apresentou de maneira incipiente ao longo dos treze anos estudados.

As explicações para esse resultado são variadas, mas pode-se aventar que uma contribuição é a tímida incorporação da temática como disciplina obrigatória nos cursos de Serviço Social. Um breve levantamento³ nas matrizes curriculares dos cursos de graduação de 30 Instituições de Ensino Superior (IES) apontou que apenas seis (6) IES possuem a disciplina de gênero na grade curricular obrigatória associada a outro tema, e apenas uma se atém aos estudos de gênero (UFRJ/RJ), a saber: Gênero e Etnia I e II (UFMT/MT); Gênero, Raça/Etnia e Política Social (UnB/DF); Relações de gênero e Serviço Social (EMESCAM/ES); Relações de

3 Em 2013 foram consultados os sites das Instituições de Ensino Superior (IES), segundo o seguinte critério de seleção: ter tanto graduação quanto programas e cursos de pós-graduação com nota igual ou superior a "3" na avaliação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Todas as instituições deveriam, ainda, ser reconhecidas pelo Ministério da Educação por meio do Conselho Nacional de Educação (CNE). O levantamento foi realizado nos currículos identificados nos sítios das universidades e quando não localizados, solicitou-se por e-mail.

Gênero e Questão Social (UFF/RJ); A Questão de gênero no Brasil (UFRJ/RJ); Gênero, Raça e Etnia: Identidades, Desigualdades e Resistências (PUC/RS).

Em outras 10 IES (FUFSE/SE, UFAL/AL, UFMA/MA, UFPE/PE, UFRN/RN, UFAM/AM, UFPA/PA, UFES/ES, UERJ/RJ e UFSC/SC), os estudos de gênero aparecem como disciplina eletiva, abordada juntamente com outros conteúdos - Serviço Social, Etnia, Família, Políticas Públicas, Saúde, Gestão Ambiental, Identidades e Diferenças/Raça, Gênero e Classes. Nota-se que nas demais universidades (PUC/GO, FUFPI/PI, UCSAL/BA, UEPB/PB, UFJ/MG, PUC/RJ, PUC/SP, UNESP/SP, UNICSUL/SP, UEL/PR, UNIOESTE/PR, UCPEL/RS, UECE/CE, UFPB/PB) não se identificou nos currículos tal disciplina.

Na categoria *Previdência/Assistência Social* houve um aumento de trabalhos nos Congressos e Encontros. Este fato se deve à incorporação da leitura de gênero pela Política de Assistência Social, ao ter como diretriz a centralidade na família, e pelos programas de transferência de renda desta Política, ao ter como foco a mulher. Ressalta-se que o aumento seria mais expressivo se contabilizasse os textos dos demais eixos temáticos dos CBAS e ENPESS.

De modo geral, os textos segundo a perspectiva de gênero evidenciam uma compreensão relacional do conceito, isto é, não estão restritos ao debate do feminino. Embora residual, o masculino se apresentou vinculado, principalmente, ao tema da saúde, com discussões em torno do planejamento familiar e da saúde reprodutiva, a saber: paternidade; controle da natalidade; participação e resistência masculina aos cuidados de saúde dentre outros. Soma-se a estes os trabalhos sobre violência, a partir de pesquisas realizadas junto a homens. Entretanto, não foi possível perceber a tendência teórica dos estudos feministas presentes nos artigos no período investigado.

Algumas considerações

A pesquisa explicita aspectos da produção de conhecimento sobre gênero no Serviço Social a partir dos anais dos CBAS e ENPESS, e evidencia que as

questões de gênero estão intimamente ligadas à profissão. Os resultados apontam que a produção sobre gênero é uma atividade eminentemente realizada por mulheres e sobre mulheres, havendo predominância do feminino nas dimensões de produção de conhecimento e formação profissional, bem como de execução e acesso às políticas sociais.

Na trajetória dos Congressos e Eventos neste início de século há um aumento do número de artigos publicados sobre as questões de gênero. Essa realidade possibilitou à temática figurar como subeixo específico nos Fóruns, embora sua presença seja diminuta se comparada a outros eixos. Logo, há um ampliação de espaço relativa dessa categoria analítica no Serviço Social, impulsionada por um contexto externo à profissão e demarcada pelas tendências das políticas sociais brasileiras.

Afirma-se, com isso, que a realidade social impõe a temática à profissão, gerando um processo endógeno de construção de conhecimento, que revela a necessidade de desenvolvimento do debate e da apropriação das leituras de gênero pelos/as profissionais. Estes são demandados a buscar e a dar respostas às desigualdades sociais, inclusive de gênero, agravadas cotidianamente pelas interseccionalidades que atravessam a questão social.

A categorização dos artigos demonstra que as discussões de gênero são abordadas a partir de temas transversais, sendo significativa a prevalência dos assuntos violência e trabalho como objetos de investigação. Em menor produção estão movimento feminista/feminismo e educação. Assim, o volume de artigos publicados e a diversidade de questões abordadas traçam um panorama do que vem sendo discutido na profissão sobre o assunto. Contudo, não permitem vislumbrar as vertentes teóricas feministas adotadas, revelando a necessidade de outros trabalhos acadêmicos aprofundarem qualitativamente a produção de conhecimento sobre gênero construída pelo Serviço Social, suas lacunas e caminhos de investigação.

Aponta-se, ainda, como desafios a serem problematizados para melhor compreender a interação entre Serviço Social e estudos de gênero: a ampliação do debate sobre masculinidade e sexualidade, uma vez

que a produção de conhecimento nos CBAS e ENPESS é residual; o aprofundamento de estudos sobre políticas sociais segundo a transversalidade de gênero; a construção de análises próprias do Serviço Social, a partir do lugar de destaque que as questões de gênero ocupam, principalmente, nas políticas sociais, uma vez que estas se constituem como campo privilegiado da ação profissional.

Referências:

ABEPSS. *Diretrizes Curriculares Gerais para o Curso de Serviço Social*. Rio de Janeiro, 1996.

BANDEIRA, Lourdes. *Fortalecimento da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres: Avançar na transversalidade da perspectiva de gênero nas políticas públicas*. Brasília, 2005.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Edições 70. São Paulo, 1979.

BEHRING, Elaine Rossetti. Fundamentos de Política Social. MOTA, A. E. [et al] (orgs.). *Serviço Social e saúde: formação e trabalho profissional*. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

CARDOSO, Isabel Cristina da Costa et al. Proposta básica para o projeto de formação profissional: novos subsídios para o debate. *Cadernos Abess: Formação profissional: trajetórias e desafios*, São Paulo, v. 7, 1997, p.15-57.

CFESS. *Assistentes Sociais no Brasil: Elementos para o estudo do perfil profissional*. Brasília: CFESS, 2005.

_____. Código de ética do assistente social, 1993. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br>>. Acesso em: 24 fev. 2014.

CISNE, Mirla. Gênero e patriarcado: uma relação necessária para o feminismo. In. *Políticas Sociais, Serviço Social e Gênero: múltiplos saberes*. QUEIROZ, F.; RUSSO, G. e GURGEL, T.(Orgs.). Mossoró: UERN, 2012

FAURY, Miriam. Estudando as questões de gênero em serviço social. *Pro-Posições* (Unicamp), Campinas, v. 14, n.1, p. 107-119, 2003.

IAMAMOTO, Marilda V. *O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. 17 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

LISBOA, Teresa Kleba. Gênero, feminismo e Serviço Social – encontros e desencontros ao longo da história da profissão. *Revista Katalysis*, Florianópolis, v. 13, n.1, 2010. p. 66-75.

MIOTO, Regina Celia Tamasso. Família e Políticas Sociais. In: BOSCHETTI, Ivanete et al.(Orgs.) *Política Social no Capitalismo: tendências contemporâneas*. São Paulo: Cortez, 2009, p.130-148.

MOREIRA, Maria Regina de Avila; et all. O lugar de gênero na formação da/o Assistente Social. *CD ROOM ENPESS*, 2006.

PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. *Revista Sociedade e Cultura*, v. 11, n. 2, 2008, p. 263-274.

_____. "Recriando a (categoria) mulher?" In: ALGRANTI, Leila (Org.). *A prática feminista e o conceito de gênero*. Campinas: IFCH-Unicamp, 2002. Disponível em: <http://www.pagu.unicamp.br/sites/www.pagu.unicamp.br/files/Adriana_01.pdf>. Acesso em: 15 jun 2014.

RAGO, Margareth. Feminismo e subjetividade em tempos pós-modernos. In: COSTA, C. L. e SCHMIDT, S. P. (Orgs.) *Poéticas e políticas feministas*. Florianópolis:Ed. Mulheres, 2004.

RODRIGUES, Marlene Teixeira. Política Social e Gênero: um diálogo necessário. In: *Boletim do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Política Social* (NEPPOS / UnB), n. 15, 2013. Disponível em: <<http://www.neppos.unb.br/politizando/POLITIZANDO15.pdf>>. Acesso em:25 ago. 2014.

SARDENBERG, Cecília M. B.; MACEDO, Marcia S. Relações de Gênero: uma breve introdução ao tema. In: COSTA, Ana Alice; RODRIGUES, Alexnaldo T. e VANIN, Iole M. (Orgs.). *Ensino e Gênero: perspectivas transversais*. Salvador: UFBA-NEIM, 2011.

SILVA, Dayse de Paula Marques da. Relações de gênero e etnia em grupos profissionais: refazendo identidades. In: *Fazendo Gênero 9*, Florianópolis, 2010.

SIMÕES, Pedro; ZUCCO, Luciana. Homens no Serviço Social: primeiras impressões. *Revista Libertas*, Juiz de Fora, v.10, n.1, 2010. p. 25 – 41.

SPOSATI, Aldaíza. Tendências latino-americanas da política social pública no século 21. *Revista Katálysis*, Florianópolis v. 14, n. 1, 2011, p. 104-115.

VELOSO, Renato. No caminho de uma reflexão sobre Serviço social e gênero. *Revista Praia Vermelha*, vol. 2, n. 4, 2001, p. 71-93.

_____, Renato. Serviço Social e Gênero: rumo a uma articulação. In: *ANAIS DO CBAS*, Rio de Janeiro, 2001a.